

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MARECHAL DEODORO
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

**SIVALDO ARAÚJO DA HORA
VANDERSON JOSÉ BESERRA DE SOUZA**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO QUINTA DA SERRA NO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA ALAGOAS.**

Marechal Deodoro – Alagoas

2022

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MARECHAL DEODORO
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

**SIVALDO ARAÚJO DA HORA
VANDERSON JOSÉ BESERRA DE SOUZA**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO QUINTA DA SERRA NO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA ALAGOAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Alagoas, *Campus Marechal Deodoro*, como requisito parcial para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Me. Dário Luiz Nicácio Silva.

Marechal Deodoro – Alagoas

2022



**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Marechal Deodoro
Biblioteca Dorival Apratto**

H811p

Hora, Sivaldo Araújo da.

Perfil socioeconômico e sensibilização ambiental dos agricultores familiares do Assentamento Quinta da Serra no município de Viçosa-AL / Sivaldo Araújo da Hora, Vanderson José Beserra de Souza. – 2022.

40 f.

284 kilobytes (PDF)

Inclui bibliografia e apêndice.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Marechal Deodoro, Marechal Deodoro, 2022.

Orientador: Prof. Me. Dário Luiz Nicácio Silva .

1. Perfil socioeconômico. 2. Sensibilização e agricultura familiar. 3. Assentamento. I. Título. II. Souza, Vanderson José Beserra de. III. Silva, Dário Luiz Nicácio.

CDD:338.1

**Maria Jôse Nascimento Leite Machado
Bibliotecária – CRB 4/2125**

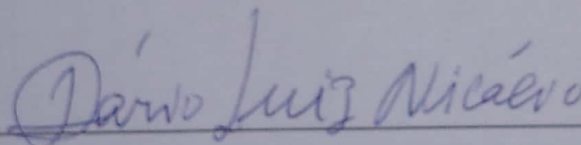
SIVALDO ARAUJO DA HORA
VANDERSON JOSÉ BESERRA DE SOUZA

PERFIL SOCIOECONÔMICO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO QUINTA DA SERRA NO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA ALAGOAS.

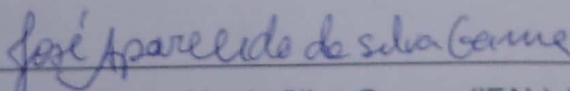
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Alagoas, *Campus Marechal Deodoro*, como requisito parcial para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Ambiental, sob orientação do Prof. Me. Dário Luiz Nicácio Silva.

Aprovado em: 26/07/22.

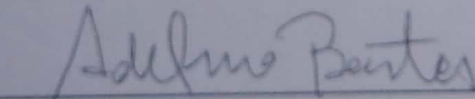
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Dário Luiz Nicácio Silva - Orientador



Prof. Me. José Aparecido da Silva Gama - (IFAL) Avaliador



Prof. Dr. Adelmo Lima Bastos - (IFAL) Avaliador

Marechal Deodoro – Alagoas

2022

**“O que ocorrer com a Terra recairá sobre os
filhos da Terra. Há uma ligação em tudo.”**

Cacique Seattle.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos aos nossos familiares pelo apoio e incentivo.

A todos os professores que contribuíram positivamente em nosso processo de formação, por meio de ensinamentos e descobertas no decorrer do curso.

Ao nosso orientador Prof. Me. Dário Luiz Nicácio Silva e ao nosso co-orientador, Prof. Me. José Aparecido da Silva Gama, pelas contribuições para a elaboração deste trabalho.

Ao Instituto Federal de Alagoas e a todos os envolvidos da equipe acadêmica por terem nos proporcionado momentos de aprendizagem e crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

O desemprego e o aumento das desigualdades sociais tornaram-se um problema mundial revelando que o modo de produção capitalista está ultrapassado. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o perfil socioeconômico e a sensibilização ambiental dos agricultores familiares do Assentamento Quinta da Serra no município de Viçosa - AL, através dos dados obtidos por intermédio da aplicação de uma entrevista estruturada onde os participantes informaram sobre seus aspectos socioeconômicos e a sensibilização ambiental. Com os dados obtidos, foi traçada a realidade para conhecimento do perfil desses agricultores frente a essas questões, pois sabe-se que a partir do desemprego, muitos desses trabalhadores ficam sem opção de trabalho para adquirir renda familiar. Os resultados encontrados indicam que esses agricultores possuem condições sociais, econômicas e humanas precárias, mas todos são conhecedores da relevância da sua profissão para a agricultura familiar. Sem queimadas, desmatamentos, cultivos de alimentos sem o uso de agrotóxico, contribuem bastante para produção de alimentos saudáveis no município de Viçosa - AL. Diante disso, é possível notar nos dados alcançados, que apesar da complexidade social e econômica, a profissão de agricultor familiar não tem sido uma escolha e sim uma questão de sobrevivência, na qual essa classe trabalhista precisa de maior atenção por parte do poder público e da sociedade. Desta forma, conclui-se que se torna necessário o desenvolvimento de políticas públicas e a busca por alternativas de melhorias nos sistemas de cultivo da agricultura familiar do assentamento em estudo, e a criação de projetos que otimizem os manejos da agricultura no assentamento como também o desenvolvimento de campanhas educativas permanentes, capacitação dos agricultores para que sejam tratados com os mesmos direitos e deveres conforme são tratados os demais trabalhadores.

Palavras-chave: Perfil socioeconômico, sensibilização e agricultura familiar.

ABSTRACT

Unemployment and the increase of social inequalities have become a worldwide problem revealing that the capitalist production mode is outdated. The present work aimed to evaluate the socioeconomic profile and environmental awareness of family farmers of the Quinta da Serra Settlement in the municipality of Viçosa - AL, through the data obtained through the application of a structured interview where the participants informed about their socioeconomic aspects and environmental awareness. With the data obtained, the reality was traced for knowledge of the profile of these farmers facing these issues, because it is known that after unemployment, many of these workers are without work options to acquire family income. The results found indicate that these farmers have precarious social, economic, and human conditions, but they are all aware of the relevance of their profession for family farming. Without burning, deforestation, growing food without using pesticides, they contribute a lot to the production of healthy food in the municipality of Viçosa - AL. In view of this, it is possible to notice in the data achieved, that despite the social and economic complexity, the profession of family farmer has not been a choice but a matter of survival, in which this working class needs more attention from public authorities and society. Thus, we conclude that it is necessary to develop public policies and search for alternatives to improve the farming systems of the settlement under study, and to create projects that optimize the management of agriculture in the settlement, as well as the development of permanent educational campaigns, training of farmers so that they are treated with the same rights and duties as other workers.

Keywords: Socioeconomic profile, sensitization, and family farming.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade dos participantes	29
Gráfico 2 – Renda familiar dos agricultores	29
Gráfico 3 – Tipos de cultura praticado pelos agricultores	30
Gráfico 4 – Destinação dos resíduos sólidos	32
Gráfico 5 – Combate às pragas	32
Gráfico 6 – Tipos de adubação	33

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Informações sobre os agricultores	28
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	12
PIB- Produto Interno Bruto	14
ONU- Organização das Nações Unidas	14
PROVAP- Programa de Valorização da Pequena Produção Rural	17
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	17
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	20
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária	21
FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3.1 HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR	14
3.2 PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF.....	17
3.3 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	20
3.4 PRÁTICAS AMBIENTAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR	22
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	25
4.1 A CIDADE DE VIÇOSA – ALAGOAS	25
4.1.1 Aspectos Históricos e Geográficos	25
4.1.2 O Assentamento Quinta da Serra	25
5. METODOLOGIA.....	27
6. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8. REFERÊNCIAS.....	35
9. APÊNDICE.....	38

INTRODUÇÃO

O desemprego e o aumento das desigualdades sociais tornaram-se um problema mundial revelando que o modo de produção capitalista está ultrapassado. De acordo com IBGE, os índices de desemprego nos últimos dois anos têm aumentado de forma significativa, conforme divulgado nos noticiários nacionais. Tanto o desemprego quanto às desigualdades sociais são consequência do modo de produção capitalista que nas últimas décadas tem passado por reestruturação (FINATTO E SALAMONI, 2008).

No Brasil, de acordo com Oliboni e Sossae (2008), atualmente a discussão referente à agricultura familiar em assentamento vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica. Portanto, passando a ser utilizada com frequência nos discursos dos movimentos sociais e consequentemente rurais, sobretudo pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, e também pelos estudiosos das ciências sociais que se ocupam da agricultura do mundo rural.

Conforme Finatto e Salamoni (2008), os estudos sobre a realidade dos agricultores familiares em assentamento apontam como característica a auto exploração que está presente de forma significativa. Entretanto o produtor quando necessita aumentar sua renda para pagar um determinado financiamento ou até mesmo adquirir alguma mercadoria que melhore o conforto de sua família sendo assim, a empresa capitalista aumenta o valor do produto para o mercado. O agricultor familiar aumenta a quantidade de suas produções intensificando a carga de trabalho em prol do ganho de dinheiro necessário para sua subsistência.

O município de Viçosa Alagoas também está inserido neste contexto e apresenta uma realidade socioeconômica local problemática, onde não há geração de emprego de forma significativa para a população viçosense. Muitos ficam excluídos do mercado de trabalho por falta de emprego e por falta de qualificação, diante dessa situação algumas pessoas se ocupam nas atividades rurais como opção de fonte de renda e sobrevivência. Os agricultores de Viçosa desenvolvem suas atividades de forma familiar sem estarem organizados em cooperativas.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o perfil socioeconômico e a sensibilização ambiental dos agricultores familiares do Assentamento Quinta da Serra no município de Viçosa Alagoas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a situação socioeconômica dos agricultores familiares do Assentamento Quinta da Serra no município de Viçosa AL.
- Averiguar o estado de sensibilização ambiental dos agricultores familiares do Assentamento estudado.
- Elaborar o perfil socioeconômico e o ambiental dos agricultores do Assentamento em estudo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem sua origem vinda dos antepassados com uma diversidade de culturas, que buscavam a otimização da vida no campo. No entanto existiam pessoas cujos nomes eram não herdeiros, mestiços e imigrantes, com diferentes culturas, viviam no campo em posição secundária, aliado a um modelo de desenvolvimento do país. O agricultor familiar recebeu diversos nomes tais como: camponês, caipira, roceiro, tabaréu, caboclo, caiçara, até expressões depreciativas como, rústicos, atrasados, ingênuos, entre outros. Contudo essas expressões foram desaparecendo com o tempo, porém, permaneceram apenas nos dicionários dos folcloristas, isso aconteceu em virtude do crescimento das lutas camponesas e a entrada do campesinato no cenário político nacional, de acordo com (DA SILVA et al.,2017).

A articulação de diversas formas no que diz respeito na intensidade entre seus elementos família, terra e trabalho, a agricultura familiar se insere em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. No entanto estes segmentos são uma poderosa ferramenta para garantir uma segurança alimentar da população mundial e gerações futuras. Sendo assim, o seu fortalecimento é um grande potencial para reduzir tanto a fome quanto a pobreza, desde que o pequeno produtor tenha acesso a terra, água, mercado, tecnologia e crédito conforme (DA SILVA et al.,2017).

Para Da Silva *et al.* (2017), no período de 1995 a 2005 a agricultura familiar respondeu por aproximadamente 10% do produto interno bruto (PIB). Desta forma é responsável por produzir 87% da mandioca, 70% do feijão, 57% da carne suína, 58% do leite e 50% do milho no Brasil. Esta representatividade exerce uma grande influência na geração de emprego, produção de alimentos, redução do êxodo rural, fortalecimento da renda familiar, oportunizado e organização social do espaço agrário, sobretudo aliado a práticas agrícolas mais sustentáveis sem a exploração dos recursos naturais não renováveis, queimadas e o uso indiscriminado de agrotóxico.

Na visão de Freitas e Wander (2017), A Organização das Nações Unidas(ONU) para alimentação e agricultura estima que com o crescimento da população mundial,

o setor de alimentos tende a aumentar em até 60% nos próximos 35 anos. As estimativas são de que, em 2050, seja necessário produzir para 9,1 bilhões de pessoas diariamente. Portanto, a agricultura familiar terá participação direta nesta produção com desafio para melhorar a eficiência de produção no campo, ou seja, produzir mais com menos insumos e o mínimo possível dos recursos naturais que, cada vez mais, estão escassos, como o caso da água doce etc.

A agricultura familiar no Brasil é extremamente diversificada, pois cada grupo de agricultores possuem suas características específicas, pode variar conforme com suas experiências, e heranças deixadas pelos antepassados, alimentação de recursos, os fatores socioeconômicos e as estratégias aplicadas para sobrevivência por meio da produção de alimentos relata (FONSECA, et al.,2017).

Segundo Caporal e Costabeber (2000), citado por Lima (2018, p.5), a agricultura familiar é uma unidade de produção, de consumo e sobretudo com produção social que funciona como uma conexão de produção aliado por uma combinação de valores e de uso das mercadorias, trabalhando numa lógica diferente da que impulsiona a agricultura convencional. Haja vista é preciso ressaltar sobre a importância da agricultura familiar na produção agrícola no qual, é reconhecida como a principal fornecedora de produtos considerados básicos para alimentação humana.

O termo agricultura familiar tem um ligamento diretamente da mão de obra familiar, e produção de alimento em pequena escala. Entretanto a agricultura familiar tem grande relevância nos povoados e assentamentos em razão principalmente na maioria das vezes ser a única fonte de renda familiar e assim, contribuindo de forma significativa para redução dos índices de êxodo rural de acordo com (ALVES, et al.; 2017).

Da Silva et al. (2016), afirma que as ações referentes à comercialização devem incorporar o fato de que a agricultura familiar o uso mais intensivo com relação à mão de obra, pois possui um estilo mais poupador de insumos e menos agressivo ao meio ambiente. Sendo assim, deve estabelecer redes de confiança com o mercado consumidor, porém demanda produtos com esta característica e focar os

circuitos curtos de mercadorias através de venda no mercado local e sobretudo apostar no consumo institucional tais como: creches, escolas, residências.

Conforme Oliboni e Sossae (2008), na atualidade as discussões sobre agricultura familiar, vem ganhando ênfase e legitimidade social, política, econômica e sobretudo acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com bastante frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais e por órgãos governamentais que fazem ponderações com relação a agricultura familiar.

Da Silva et al.(2016) , relata que a agricultura familiar apresenta grandes vantagens tanto econômicas quanto sociais e ambientais em termos de exploração, pois tem diversidades de cultivos e eficiência produtiva. Com proteção da biodiversidade e dos recursos naturais não renováveis, manejo aliado às atividades de menor impacto ambiental com enorme relevância social.

Segundo Oliboni e Sossae (2008), agricultura familiar é a forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. Os agricultores familiares fazem gestão no processo produtivo na propriedade dando ênfase à diversificação da produção com a utilização do trabalho familiar. Sendo dessa forma a agricultura familiar é na verdade considerada um tipo de produção de fundamental importância em virtude do modo de gestão que é realizado tanto econômico quanto social. A forma pelos quais são utilizados na terra, podem ocasionar efeitos benéficos ou danosos ao meio ambiente. Com relação aos aspectos econômicos, a agricultura familiar atua como um meio de sobrevivência das famílias, e no que diz respeito aos aspectos sociais, ela pode garantir a melhoria contínua na qualidade de vida das pessoas.

Conforme Oliboni e Sossae (2008), na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II, artigo 4º do Estatuto da Terra estabelecido pela lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação “propriedade familiar: o imóvel que direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família lhe absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com uma área máxima fixada para cada tipo de região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhando com ajuda de terceiros”. Na definição da área máxima , a lei nº 8.629, 25 de fevereiro de 1993 estabelece como pequena

àquela onde os imóveis rurais contam com até 4 módulos fiscais, e como média propriedade, entre 4 e 15 módulos fiscais.

Em estudos realizados na região Sul do Brasil, mostram a seguinte definição: agricultura familiar é toda e todos aqueles agricultores que tem na agricultura sua principal fonte de renda igual a mais 80% e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvido por membros da família . Pode ser permitido o emprego de terceiros temporários, quando a atividade agrícola for necessária. No caso de contrato de trabalho permanente externo à família deve ser igual ou até mesmo superior a 75% do total no estabelecimento conforme (OLIBONI e SOSSAE, 2008).

No ponto de vista de Dutra et al.(2016), a agricultura familiar é um segmento de relevância em todo mundo, pois apresenta como uma via para melhor distribuição de renda e aproveitamento dos solos, e também no que diz respeito nos benefícios que traria à questão demográfica, se fosse implementada como política.

A agricultura familiar no passado foi deixada de lado nos planos governamentais e na atenção da população que de alguma forma via na agricultura patronal uma atividade de destaque e benefícios das políticas públicas. Porém o cenário nos dias atuais, sendo assim os agricultores familiares são vistos sob uma visão muito melhor, sendo a atividade apontada como geradora de emprego no campo e ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade que se mantém em crise (DUTRA, et al; 2016).

3.2 PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

Para Costa (2013), o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar PRONAF pode ser, de fato, considerado o primeiro a surgir através de políticas públicas específicas em favor dos agricultores familiares no Brasil. Desta forma, apoiando o desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Em meados de 1990, os pequenos trabalhadores rurais já acumulavam inúmeras frustrações, em relação às iniciativas governamentais em prol do atendimento às demandas da classe. Contudo, em 1994, como consequência das reivindicações dos agricultores familiares foi criado o programa de valorização da pequena produção rural PROVAP, cujo objetivo é viabilizar o financiamento das atividades

agropecuárias dessas famílias. Sendo assim o PROVAP operava basicamente com o BNDES e sua área de atuação era limitada. Já em 1995, com a pretensão de mudar panorama social, aliado a forte pressão que exercia dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais e das organizações internacionais, com isso o governo federal, criou o PRONAF, inicialmente como um linha de crédito de custeio, porém em 1996, adquiriu característica de programa governamental através do decreto presidencial nº 1946, de 28 de junho de 1996, passando a integrar o orçamento geral da união (COSTA, 2013).

Em 2006, a agricultura familiar foi regulamentada no Brasil, como produtivo com a promulgação da lei 11326 de 2006, conhecida como a lei da agricultura familiar (COSTA, 2013).

O artigo 1 do decreto nº1,946 diz que a programa foi criado com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; tudo isto em virtude de aumento da capacidade produtiva e sobretudo a geração de empregos, e melhorar a renda familiar na perspectiva de (COSTA, 2013).

Ainda para Costa (2013), o PRONAF também disponibiliza linhas de créditos especiais para atividades específicas como PRONAF mulher, jovem, agroindústria, floresta, mais alimentos, agroecologia e Agrinf. Entretanto com o custeio de beneficiamento e industrialização de agroindústria familiar, além de investimento em projetos para otimizar o aperfeiçoamento da agricultura familiar.

O PRONAF consiste em quatros objetivos específicos que complementam para melhorar os propósitos do programa tais como: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2004, p. 36, *apud* COSTA, 2013).

Segundo Costa (2013), o manual operacional do PRONAF, informa que o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, aliado do apoio técnico e financeiro, para promoção e sobretudo o desenvolvimento rural e sustentável.

Portanto, seu objetivo geral é dar suporte além do fortalecimento, e na capacidade produtiva da agricultura familiar. Pois esse mecanismo oferece a contribuição para gerar emprego e renda em áreas rurais para otimizar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Schneider et al. (2021), diz que agora o PRONAF apresenta um ponto de vista operacional atualmente em quatro grande linha de atuação tais como : a) crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; b) financiamento de novo infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país , cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) financiamento de pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Com relação aos agricultores familiares especificamente, o programa atende aqueles que tenham os requisitos como: a) possuir pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade pecuária ; b) deter ou explorar estabelecimentos com áreas de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária): c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão -de- obra exclusivamente familiar, podendo , no entanto manter até dois empregos permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$60,000,00. (SCHNEIDER et al; 2021).

Na perspectiva de Campelo et al.(2008), as realizações de ações participativas é de relevância, pois contempla a realidade local que por sua vez é imprescindível para o processo de aprendizagem porque além de fortalecer as atividades possibilita a geração em termos de conhecimento sendo assim essa etapa é importantíssima, porque contribui para minimizar, diante de alguns aspectos, as dificuldades pelas quais os produtores rurais assentados passam.

No entanto, em meados da década de 90, foram promovidas discussões para elaboração de uma política nacional de assistência técnica, em prol de buscar atender as necessidades e permitir mudanças no contexto da realidade agrária no

Brasil. Porém, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, diante da necessidade de uma configuração para realização de ações voltada a agricultura familiar, lançou o programa nacional de assessoria à reforma agrária numa perspectiva, contemplando além das questões produtivas como principais e outras utilizações de mecanismos tais como sustentabilidade, e questões social e ambiental.(CAMPELO, et al 2008).

Para Campelo *et al.*(2008), a assistência técnica possibilita uma enorme vantagem, pois traz transformações significativas para o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar, fomentando a produtividade agrícola em diversas formas como técnicas de plantio sustentável, manejo do solo, cultivo de agricultura sem uso de agrotóxico dando assim, uma qualidade de vida para sua própria subsistência e viabilizar o mercado local.

3.3 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

No Brasil, em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, objetivando administrar as terras públicas da União, manter o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, identificar, registrar, demarcar e titular terras destinadas, assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas, além de realizar a reforma agrária.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2020):

“Reforma Agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Esta concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64)”.

Na atualidade a reforma agrária objetiva a implantação de um modelo de assentamento baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, com a adoção de instrumentos fundiários apropriados a determinados públicos e regiões com apoio dos governos estaduais e prefeituras.

Os critérios para acesso à posse da terra e pormenores acerca do programa de reforma agrária no Brasil são expressos em diversas Leis, decretos e normas, destacando-se a instrução normativa nº 98, de 30 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o processo de seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

Em práxis, o que a reforma agrária proporciona, conforme o Incra (2020) e Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2020), é:

“a desconcentração e democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e de renda; o combate à fome e à miséria; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campo-cidade; a promoção da cidadania e da justiça social; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural e a democratização das estruturas de poder.” (INCRA,2020)

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), “assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural.” Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas, lotes ou glebas, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas se adequando aos fatores como tamanho e localização de cada lote dos assentamentos são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

No assentamento, a organização das construções referentes às habitações pode ser concentrada em lote ou área coletiva com instalação de uma agrovila, apresentando áreas de uso comunitário e para construção de estruturas coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde e áreas esportivas. A área de reforma agrária deve apresentar locais de preservação ambiental, como reserva legal e área de proteção permanente.

Ainda de acordo com o INCRA (2020), o funcionamento do assentamento depende dos agricultores, que recebem o lote comprometendo-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando mão de obra familiar. Esses

agricultores contam com: créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas.

Conforme Fernandes e Girardi (2008), a ocupação de terra é a principal forma de luta dos camponeses organizados em movimentos socioterritoriais no Brasil e o Estado, em resposta a essas ações, cria os assentamentos rurais. Segundo os autores supracitados:

“...a política de assentamentos rurais caracteriza, por seu alcance reduzido, a reforma agrária conservadora executada no Brasil. Essa política não consegue desconcentrar a terra, diminuir as desigualdades sociais ou impedir o êxodo rural, além de ter a Amazônia como válvula de escape para não reformar as regiões de ocupação consolidada no centro-sul e no Nordeste.” Fernandes e Girardi (p. 73-98, 2008)

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária e da implantação de assentamentos rurais no país, configurando a realidade do Brasil agrário. As ocupações promovidas pelos trabalhadores rurais têm sido uma relevante forma de pressão para a realização da reforma agrária, que resultou em assentamentos em todo o território nacional (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2012, p. 43, *apud* COSTA, 2013).

3.4 PRÁTICAS AMBIENTAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

O atual perfil do agricultor familiar requer a sensibilização para práticas ambientais sustentáveis. A compreensão de agricultura está intimamente ligada à compreensão de sustentabilidade, visto que o consumo consciente está permeando muitas ações individuais e coletivas. Parte da população está preocupada com a escassez dos recursos naturais. Há uma ampliação da consciência sobre as práticas relacionadas à agricultura e se elas estão agredindo o meio ambiente.

De acordo com GLIESSMAN (2000, *apud* SILVA e TORRES, 2018, p.3) a agricultura do futuro se constituiria numa agricultura sustentável, porém, não somente sustentável, mas também de alto potencial produtivo, podendo proporcionar variedade de alimentos para a população. Permanecer no perfil de sustentabilidade e produtividade seria um duplo desafio, por isso, não se poderia

excluir as práticas convencionais, trazendo um novo enfoque para a agricultura e o desenvolvimento agrícola, pondo-se em prática a conservação dos recursos da agricultura tradicional e familiar, aspirando, ao mesmo tempo, práticas ecológicas.

Sob o ponto de vista de De Sousa, *et al.* (2005) a nova concepção de Desenvolvimento Sustentável traz em si alterações fundamentais que enfatizam a complementaridade do processo com ênfase na melhoria da qualidade de vida, consumo real per capita, diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, elevação das condições de saúde, educação, moradia etc.

Para Castro Neto *et al.* (2010) nas últimas décadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos vem causando preocupação em diversas partes do mundo. A crítica ao modelo de agricultura vigente cresce à medida que estudos comprovam que os agrotóxicos contaminam os alimentos e o meio ambiente, causando danos à saúde humana. Nesse contexto, a procura por alimentos produzidos de forma orgânica, isto é, livres de fertilizantes químicos, de antibióticos, de hormônios e de outras drogas comumente utilizadas, tem aumentado.

Diante da globalização e consequências do sistema capitalista ocorreram mudanças comportamentais da população, inclusive quanto aos hábitos alimentares e cuidados com a saúde. Sendo assim, a segurança alimentar é assunto prioritário de debates pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura - FAO que, caracteriza a produção como aspecto de acesso à alimentação além do desenvolvimento econômico do agricultor familiar.

Segundo Mondini *et al.* (2010, p.687, *apud* Neto *et al.*, 2010, p.73-95), “estudos mostram que o consumo elevado de frutas e hortaliças (verduras e legumes) se associa à redução do risco de doenças cardiovasculares e da mortalidade geral”. Fator que reforça a necessidade de produção sustentável desses produtos. Outra razão importante é a legislação que alcança esses produtos com base em parâmetros mínimos, de acordo com orientação nacional e internacional, para obtenção de garantia por parte do consumidor. Nessa legislação, contemplam-se restrições quanto à utilização de agrotóxicos, origem da água para irrigação, tipos de semente e a degradação do meio ambiente, entre outros fatores.

Sabe-se que o uso de agrotóxicos (fertilizantes, defensivos, pesticidas) e a contaminação advinda de seu uso, são prejudiciais à saúde humana, cabendo ao homem e a comunidade onde vivem optarem por uma alternativa de consumo

alimentar que preserve o meio ambiente e sua qualidade de vida, sobretudo com o apoio e medidas governamentais que viabilizem tal processo.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 A CIDADE DE VIÇOSA – ALAGOAS

4.1.1 Aspectos Históricos e Geográficos

Viçosa é um município brasileiro do estado de Alagoas, localizado a 86 quilômetros da capital Maceió e foi fundado em 1790 por Manoel Francisco. Elevada à categoria de Vila em 13 de Outubro de 1831 e à categoria de cidade em 16 de Maio de 1892, está localizada na mesorregião do leste alagoano mais especificamente na microrregião serrana dos quilombos. Sua sede está a 9° 22 '17" sul e longitude 36° 14' 27" oeste com coordenadas de 9° 22' 17"s e 36° 14' 27" 0. O município se estende por uma área de 367,888 Km², a uma altitude de 210 m, sua população atual estimada é de 25.655 habitantes (IBGE,2021).

As terras que hoje constituem o município de Viçosa eram compostas, antes da chegada dos brancos e negros, por mata atlântica espessa de difícil acesso, pelo Rio Paraíba e seus afluentes – Riacho do Meio, Caçamba e Gurungumba.

Os habitantes da então região eram os cambembes – uma subtribo dos caetés. Esses índios viviam em constantes conflitos com os cariris e outras tribos tapuias das caatingas, e como Viçosa está no limite da zona da mata esses conflitos ocorriam principalmente em períodos de longa seca, uma vez que os índios das caatingas vinham à Viçosa a procura de água e alimentos abundantes na região.

Por apresentar um relevo muito acidentado e de difícil acesso, Viçosa foi escolhida pelos negros que fugiam dos engenhos das capitâneas para abrigar parte do maior quilombo de todos, o de Palmares. (O município de Viçosa - [2012])

4.1.2 O Assentamento Quinta da Serra

Conforme pesquisa in loco, entrevistas e revisão de literatura baseada nos estudos de DE SALES SILVA et al. (2017), identificou-se que o Assentamento Quinta da Serra, localizado, no município de Viçosa – AL, anteriormente fazenda de mesma denominação, tinha como atividade econômica a cultura da cana-de-açúcar.

No ano de 2007, a propriedade foi decretada de interesse social para fins de Reforma Agrária, objetivando assentar trabalhadores rurais da região. O

Assentamento Quinta de Serra abriga 55 famílias advindas de municípios da zona da Mata Alagoana, principalmente do município de Viçosa, em lotes com área média de 5,15 ha.

O trabalho dos agricultores do Assentamento Quinta da Serra é realizado por cada família de forma individual. Algumas mulheres limitam-se às atividades domésticas, no entanto parte delas divide o tempo disponível entre as tarefas domésticas e o trabalho na roça. Regularmente os filhos homens iniciam o trabalho no lote entre 7 e 11 anos, com pequenas tarefas e trabalhando meio período, pois no outro período geralmente frequentam a escola. As mulheres iniciam no trabalho de campo a partir dos 14 anos.

5. METODOLOGIA

A natureza da pesquisa consiste em um estudo descritivo da realidade socioeconômica e sensibilização ambiental em um assentamento rural no município de Viçosa/AL. Na pesquisa, foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa, que permitiram a mensuração dos resultados obtidos e a avaliação qualitativa dos resultados. Na pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas: Revisão bibliográfica sobre a temática abordada, elaboração e aplicação de questionários com 20 perguntas para identificar o perfil socioeconômico e a sensibilização ambiental dos participantes. A pesquisa foi executada com 20 famílias de agricultores.

A coleta de dados foi realizada no mês de novembro de 2021. Após aceitarem participar da pesquisa, os agricultores receberam uma breve explanação sobre a mesma, destacando objetivos e garantindo segurança quanto à preservação da identidade deles. Os questionários foram preenchidos pelos pesquisadores, atendendo os aspectos éticos da resolução Conep . Os agricultores familiares foram convidados a assinar um termo de consentimento livre e esclarecido, garantindo que não ocorrerá risco, nem custos e/ou benefícios monetários ao entregarem-se à população pesquisada e poderão a qualquer momento desistir, se assim desejarem.

6. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado a análise dos resultados obtidos no estudo realizado. Os resultados são apresentados no formato de quadro referentes aos questionamentos 1 a 3 e em forma de gráficos de pizza com os demais questionamentos dos questionários com a análise dos percentuais obtidos de cada questionamento do estudo realizado.

Quadro 1- Informações sobre os Agricultores

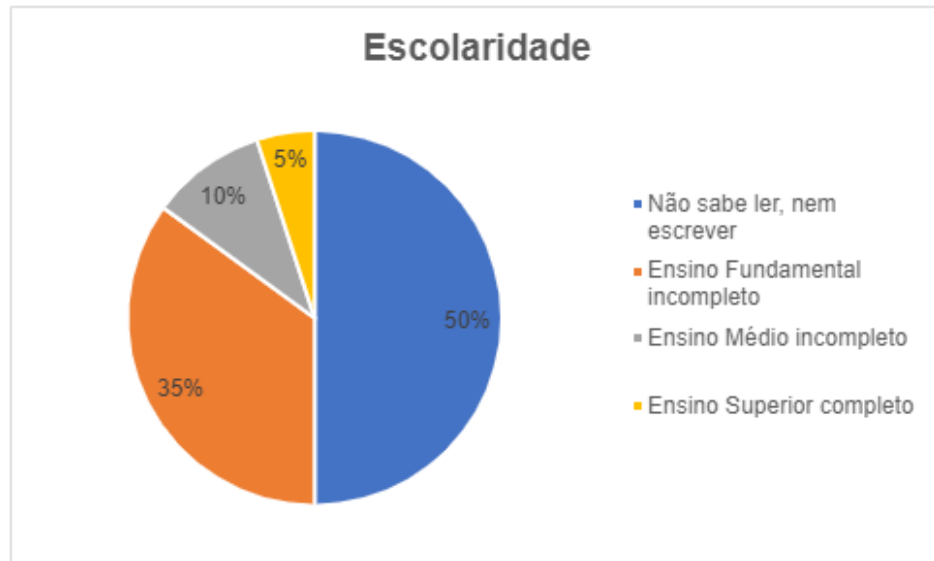
SEXO		IDADE		ESTADO CIVIL		
Masculino	Feminino	Até 40 anos	Acima de 40 anos	Casado	Solteiro	Viúvo
15	5	1	19	11	6	3

Fonte: Autores (2022)

Conforme apresentado no quadro 1, fica evidenciado que a maioria dos agricultores são do sexo masculino no total de 15. Também ficou constatado que 1 agricultor tem idade de até 40 anos e os demais (19 agricultores) têm idade acima de 40 anos. Quanto ao estado civil 11 são casados, 6 solteiros e 3 viúvos.

A seguir serão apresentados a análise em formato de gráfico de pizza dos resultados dos demais questionamentos aplicados aos participantes. Na quarta questão os assentados foram abordados sobre escolaridade. Nos resultados obtidos constatou-se que 50% dos agricultores não sabem ler, nem escrever, 35% tem o ensino fundamental incompleto, 10% tem o ensino médio incompleto e 5% têm o ensino superior completo. Conforme apresentado no gráfico 1. Com base nos resultados fica constatado que metade dos agricultores são analfabetos.

Gráfico 1 - Escolaridade dos participantes

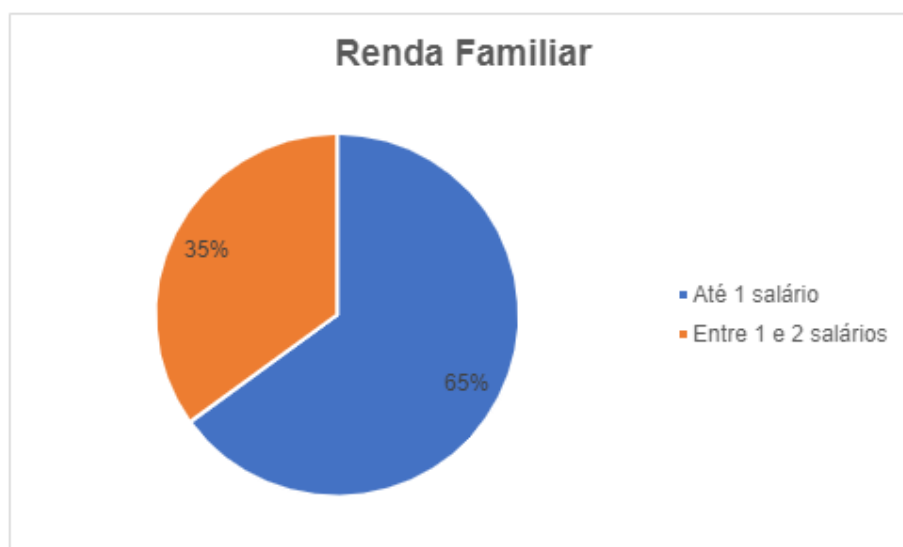


Fonte: Autores (2022)

A quinta questão que trata sobre os domicílios dos agricultores familiares foi obtido como resultado que todos os agricultores têm casa própria.

Na sexta questão que aborda sobre a renda familiar mensal, foi constatado que 65%, recebem até um salário mínimo, 35% recebem entre um e dois salários mínimos e das demais faixas salariais não foram citadas pelos participantes Conforme apresentado no gráfico 2

Gráfico 2- Renda familiar dos agricultores



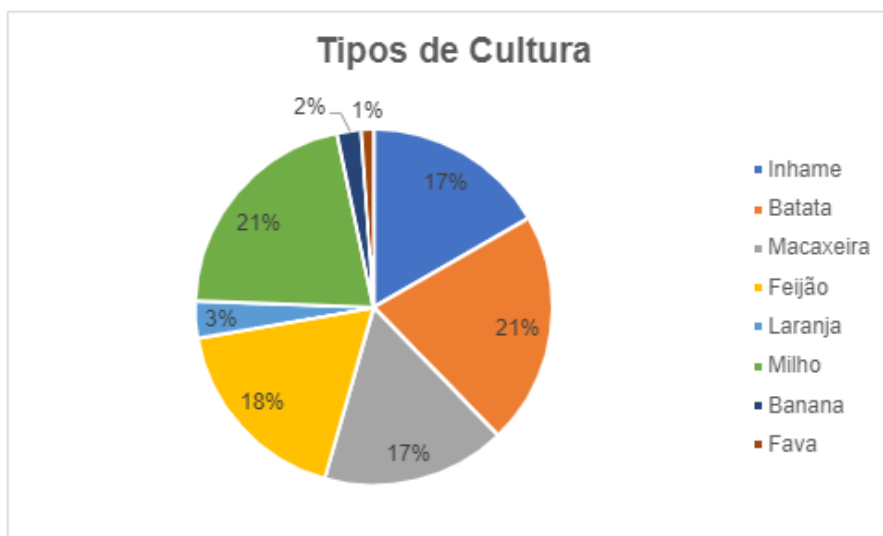
Fonte: Autores (2022)

Na sétima questão foi abordado se o agricultor familiar possui outra fonte de renda, advinda de outra atividade. Constatou-se que 100% deles não possuem outra fonte de renda. Pois passam o dia inteiro trabalhando no assentamento manejando os cultivos de culturas.

A oitava questão foi abordada sobre quanto tempo de trabalho os agricultores familiares têm na atividade agrícola, o resultado apontou que 100% dos entrevistados estão há mais de 10 anos nesse tipo de trabalho, pois segundo eles encontraram na agricultura familiar uma fonte de renda para a subsistência de sua família.

Na nona questão perguntou-se quais os tipos de culturas Agrícolas eram plantadas em seus lotes. 1% informou que planta fava , 2% planta banana, 21% planta milho, 3% planta laranja, 18% planta feijão, 17% planta macaxeira, 21% planta batata doce e 17% planta inhame. Conforme apresentado no gráfico 3. Os resultados obtidos evidenciam uma grande variedade de culturas.

Gráfico 3 - Tipos de culturas praticadas pelos agricultores



Fonte: Autores (2022)

Na décima questão foi perguntado aos agricultores a forma de comercialização de seus produtos. 100% deles informaram que comercializam seus produtos em feiras livres, pois nas feiras consegue vender melhor seus produtos.

A décima primeira questão aborda sobre que ações poderiam melhorar a comercialização dos produtos produzidos pelos assentados no município de Viçosa/AL, onde 100% deles responderam que cooperativas de agricultores seria

uma alternativa para melhorar a comercialização, pois utilizaria mecanismo para otimização e divulgação na comercialização de seus produtos.

A décima segunda questão abordou se existem cooperativas de agricultores no município e 100% dos entrevistados informou que não existem cooperativas de agricultores no Município de Viçosa-AL. E eles alegaram a falta de interesses por parte de alguns governantes para incentivar, e fomentar a agricultura familiar local.

A décima terceira questão abordou se os agricultores eram associados a alguma cooperativa de agricultores, 100% informou que não eram associados porque não existe cooperativa de agricultores familiares no município de Viçosa AL.

Na décima quarta questão foi abordado se o agricultor realizou desmatamento em seu lote para o plantio de culturas agrícolas. 100% dos agricultores entrevistados informaram que não realizaram desmatamento em seus lotes para o plantio de culturas agrícolas.

Na décima quinta questão foi abordado se o agricultor realizou queimadas em seu lote para o plantio de culturas agrícolas. 100% dos agricultores entrevistados informaram que não realizaram queimadas em seus lotes para o plantio de culturas agrícolas.

Na décima sexta questão foi perguntado aos agricultores qual é a destinação dos resíduos sólidos gerados em seus lotes e obteve-se o seguinte resultado: 90% dos agricultores informou que enterram, 5% queima e 5% informou outros destinos. Conforme apresentado no gráfico 4. Fica constatado que a maioria dos agricultores familiares enterram os resíduos sólidos. Pois possuem a consciência dos malefícios gerados pelo descarte irregular dos resíduos.

Gráfico 4 - Destinação dos resíduos sólidos.



Fonte: Autores (2022)

A décima sétima questão teve como pergunta: No combate às pragas no lote, usa que tipo de defensivos? Onde 95% dos agricultores informou usar agrotóxicos e defensivos naturais e 5% usa apenas agrotóxico. Conforme apresentado no gráfico 5, ficou constatado que a maioria dos agricultores usa agrotóxico e defensivos naturais.

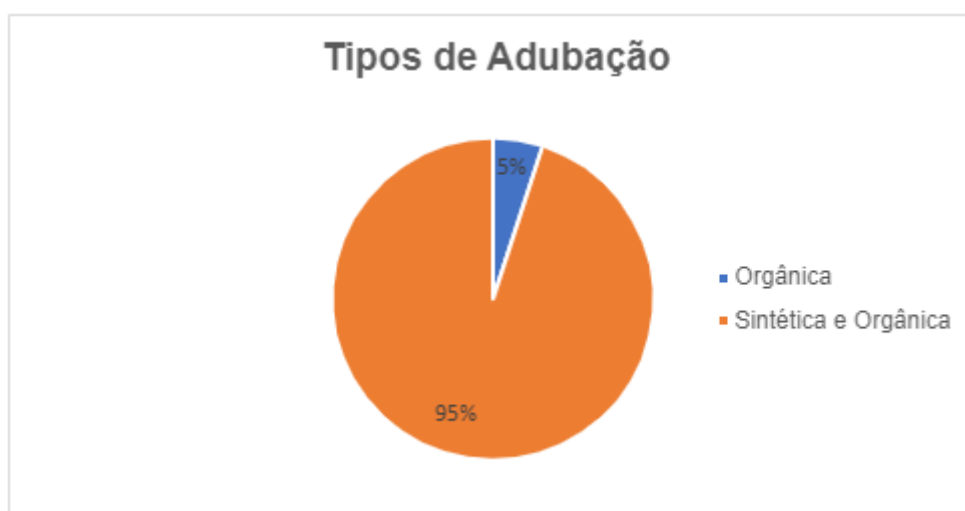
Gráfico 5 - Combate às pragas



Fonte: Autores (2022)

Na décima oitava questão perguntou-se qual o tipo de adubação era utilizado no manejo agrícola. Na oportunidade 95% informou que usa os dois tipos e 5% usa adubação sintética. O gráfico 6, constata que a maioria dos agricultores utilizam adubo sintético e orgânico.

Gráfico 6 - Tipos de adubação



Fonte: Autores (2022)

Na décima nona questão foi abordado se os agricultores recebiam algum tipo de orientação técnica a respeito das práticas agrícolas em seus lotes. Na oportunidade, 100% informaram que não, pois não tinham nenhum suporte técnico para aprender a manejar a agricultura sem degradar o ecossistema.

A vigésima questão foi abordada se era importante preservar e conservar o meio ambiente, 100% dos agricultores responderam que sim, pois a conservação traz benefício para o meio ambiente sem agredir o ecossistema como um todo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado mostrou que grande parte do público-alvo estudado apresentou um bom grau de conhecimento dos aspectos ambientais. Apesar da constatação dessa realidade positiva em relação ao conhecimento sobre os aspectos ambientais, o assentamento estudado ainda pode melhorar seu processo de manejo quanto às questões ambientais de forma mais gradativa, visto que algumas dessas temáticas abordadas ainda são desconhecidas por parte dos agricultores familiares participantes do estudo. Contudo vale ressaltar a relevância de projetos ambientais no assentamento de forma mais articulada e planejada

objetivando promover ações ambientais que contribuam no espaço interno e externo, pois sem o trabalho da parte externa não há uma sensibilização ambiental dos agricultores familiares de forma mais efetiva.

Nos resultados obtidos ficou evidenciado por meio das respostas dos agricultores familiares que o assentamento estudado desenvolveu através dos agricultores a sensibilização sobre a conservação / preservação do meio ambiente, no entanto faz necessário pontuar a necessidade de ampliar ainda mais essa sensibilização ambiental, tendo em vista que os agricultores participantes do estudo apontaram que a temática da educação ambiental aliada às técnicas de manejos em prol da otimização do ecossistema pode ser trabalhada com mais ações e projetos no assentamento.

Outra constatação realizada com o estudo foi que os conhecimentos dos agricultores sobre agricultura são em sua maioria no ambiente de trabalho e familiares através de histórias empíricas dos antepassados e de outras pessoas que conviviam trabalhando no cultivo da agricultura.

8. REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana de Paula; LOUZADA, Rodrigo Pinheiro; SIMONETTI, Erica Ribeiro de Sousa. uma análise do perfil socioeconômico dos agricultores familiares do povoado transaraguaia, município de Araguatins-TO. In: 8ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO. 2017.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL/RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. – 6. Ed. – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estudos avançados, v. 11, p. 37-49, 1997.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o estatuto da Terra, e dá outras providências. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, Brasília, 30 nov. 1964. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4504&ano=1964&ato=03cMTWE9UNVRVT5b5>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Incra.Reforma Agrária. Assentamentos.Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. Saneamento ambiental, sustentabilidade e permacultura em assentamentos rurais: algumas práticas e vivências / Fundação Nacional de Saúde. – Brasília : Funasa, 2013.

CAMPELO, Lilian Kecia et al. Acesso ao crédito PRONAF nos assentamentos rurais: Visão da assessoria técnica. 2008.

COSTA, Vibérica Gonçalves da et al. Políticas públicas e agricultura familiar: Uma avaliação do PRONAF em dois assentamentos rurais da Mata Sul Paraibana. 2013.

DA SILVA, Marivânia Rufato; GODOY, Wilson Itamar; BORTOLUZZI, Sandro Cesar. AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: seleção e análise bibliométrica de publicações nacionais. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, 2016.

DA SILVA, PAULUS VINICIUS et al. Perfil socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares participantes do PAA no Município de Diamantino–MT. **Anais do XIX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente–ENGEMA**, 2017

DA LUZ FERRONI, Jeferson; TROIANII, Alessandra. O processo de implantação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS). Economia e Desenvolvimento, v. 32, n. Esp., p. 5, 2020.

DE SOUSA, Magna Cristina et al. Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. *Revista econômica do Nordeste*, v. 36, n. 1, p. 96-120, 2005.

DE SALES SILVA, José Crisólogo; DA SILVA NETO, João Ribeiro; DE VASCONCELOS, Erivaldo Gomes. Aspectos sociais e econômicos do assentamento Quinta da Serra em Viçosa-Alagoas. *SOCIAL REVIEW. International Social Sciences Review/Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v. 6, n. 1, 2017.

DUARTE, Gisléia Benini. Práticas agrícolas e degradação ambiental: um estudo para o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. 2009.

DUTRA, Rafael Barbosa; MENDONÇA, Jane Correa Alves; CASAROTTO, Eduardo Luis. Diversificação produtiva na agricultura familiar. **Revista de Administração do Sul do Pará (REASP)-FESAR**, v. 3, n. 1, 2016.

FAO. 2021. Rumo à agricultura sustentável e resiliente na América Latina e no Caribe - Análise de sete trajetórias de transformação bem sucedidas. Santiago do Chile.

FINATTO, R. A; SALAMONI. G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. *Sociedade & Natureza*. v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008.

FONSECA, M. H.; BITTENCOURT, JVM; PICININ, C. T. Perfil dos agricultores familiares produtores de orgânicos da cidade de Ponta Grossa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2017.

FREITAS, W.; WANDER, Alcido Elenor. O perfil socioeconômico da agricultura familiar produtora de hortaliças em Anápolis (GO, Brasil). **Revista de Economia da UEG**, v. 13, n. 1, p. 192-213, 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. *Agrária (São Paulo. Online)*, n. 8, p. 73-98, 2008.

LIMA, Alcione Antônia Nascimento de. Estudo dos aspectos socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares da comunidade de Santa Maria, município de Breves, Marajó, Pará. Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (Título de Especialista em História Agrária na Amazônia Contemporânea). FACULDADE DE HISTÓRIA. UFPA, 2018.

NETO, Nelson Castro et al. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. *Revista Percurso*, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

OLIBONI, P.; SOSSAE, F.C. A sustentabilidade ambiental nas propriedades rurais de Feirantes de Chapecó/ SC. p. 1-22, 2016. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/4C/9_Priscila_Oliboni.pdf

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Revista grifos*, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SILVA, Adilson José da; SILVA JUNIOR, Milton Ferreira. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal-Salinas, Minas Gerais. *Sociedade & Natureza*, v. 22, p. 525-538, 2010. (2010)

SILVA, Rosa Adeyse; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Práticas sustentáveis e agricultura familiar: estudo de caso de agricultores cooperados da Coopapi, Apodi-RN. *Revista IDEAS*, v. 12, n. 1, p. e018001-e018001, 2018.

VASCONCELOS, Marcos Antônio Rodrigues. O município de Viçosa. Dr. Marcos. Viçosa-AL. Disponível em: <<http://drmarcosvasconcelos.blogspot.com/p/vicosa.html>>. Acesso em: 27/06/2022.

9. APÊNDICE



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
CAMPUS MARECHAL DEODORO/AL
CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO AMBIENTAL

Roteiro para entrevista com agricultores familiares do município de Viçosa-AL

O resultado dessa pesquisa servirá para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o tema: **Perfil socioeconômico e sensibilização ambiental dos agricultores familiares do assentamento Quinta da Serra no município de Viçosa Alagoas** no curso Tecnológico em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), *Campus Marechal Deodoro*. Será preservada a identificação de todos os participantes.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

NOME:

1. **SEXO:** MASC () FEM ()

2. **IDADE:**

3. **ESTADO CIVIL:**

- () SOLTEIRO
- () CASADO
- () CONVIVÊNCIA/UNIÃO ESTÁVEL
- () VIÚVA(O)
- () SEPARADO(A)/DIVORCIADO(A)

4. **ESCOLARIDADE:**

- () NÃO SABE LER E ESCREVER
- () ENSINO FUND. INCOMPLETO
- () ENSINO FUND. COMPLETO
- () ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
- () ENSINO MÉDIO COMPLETO
- () SUPERIOR INCOMPLETO
- () SUPERIOR COMPLETO

5. RESIDE EM DOMICÍLIO:

- () PRÓPRIO
- () ALUGADO
- () CEDIDO
- () CASA DE PARENTES
- () OUTROS

6. QUAL SUA RENDA MENSAL FAMILIAR?

- () ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO
- () ENTRE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS
- () ENTRE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
- () ACIMA DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS

7. POSSUI OUTRA FONTE DE RENDA, ADVINDA DE OUTRA ATIVIDADE?

- () SIM () NÃO

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA COMO AGRICULTOR FAMILIAR?

- () 1 A 5 ANOS - () 6 A 10 ANOS - () MAIS DE 10 ANOS.

9. QUAIS OS TIPOS DE CULTURAS AGRÍCOLAS QUE SÃO CULTIVADAS NO SEU LOTE?

10. VOCÊ COMERCIALIZA SEUS PRODUTOS DE QUE FORMA:

- () BENEFICIADOR
- () FEIRA LIVRE
- () UM ATRAVESSADOR
- () MAIS DE DOIS ATRAVESSADORES

11. QUAIS AÇÕES QUE PODERIAM MELHORAR A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS PRODUZIDOS PELOS ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-AL ?

- () COOPERATIVAS DE AGRICULTORES
- () APOIO DA PREFEITURA
- () OUTROS

12. EXISTEM COOPERATIVAS DE AGRICULTORES NO MUNICÍPIO ?

- () SIM () NÃO

13.VOCÊ É ASSOCIADO A ALGUMA COOPERATIVA DE AGRICULTORES?

- () SIM - QUAL?
- () NÃO

14. REALIZOU DESMATAMENTO EM SEU LOTE PARA O PLANTIO DE CULTURAS AGRÍCOLAS?

SIM () NÃO ()

15. REALIZOU QUEIMADAS EM SEU LOTE PARA O PLANTIO DE CULTURAS AGRÍCOLAS?

SIM () NÃO ()

16. QUAL É A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS EM SEU LOTE?

- () QUEIMA
- () ENTERRA
- () DESCARTA NO RIO
- () OUTROS

17. NO COMBATE AS PRAGAS NO LOTE, USA QUE TIPO DE DEFENSIVOS?

- () AGROTÓXICOS
- () DEFENSIVO NATURAL
- () USA AS DUAS FORMAS.

18. QUE TIPO DE ADUBAÇÃO É UTILIZADO NO MANEJO AGRÍCOLA?

- () ADUBAÇÃO ORGÂNICA
- () ADUBO SINTÉTICO
- () OS DOIS TIPOS

19. RECEBE ALGUM ORIENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE PRÁTICAS AGRÍCOLAS?

- () SEC DA AGRICULTURA ESTADUAL
- () SEC DA AGRICULTURA MUNICIPAL
- () OUTROS _____
- () NENHUM

20. NA SUA OPINIÃO É IMPORTANTE CONSERVAR O MEIO AMBIENTE(NATUREZA) ?

SIM () NÃO ()